

# CIDADANIA E (DES)INTEGRAÇÃO SOCIAL\*

Luiz Antônio Machado da Silva\*\*

Neste final de milênio, poucos discordarão que as turbulências que nos tornam cada vez mais perplexos, desconfiados, inseguros e irados não são apenas os efeitos passageiros de mais uma das inúmeras crises que, de vez em quando abalam a acumulação de riquezas, nos inquietam durante algum tempo e depois se mostram até positivas para a continuidade da estrutura social que conhecemos. Nos últimos vinte ou trinta anos, em se considerando a convicção de que as dificuldades deste período mais recente são de outra natureza, mais profundas, duradouras e angustiantes. Para além da mera percepção social difusa, esse consenso parece fundamentar-se em evidências confiáveis de que está em curso uma profunda reorganização da vida econômica em escala mundial, que tem se mostrado muito heterogênea e rebelde às tentativas de controle por parte de governos e outras coletividades organizadas.

É claro que o mundo do trabalho está no olho do furacão dessas mudanças e tem concentrado as atenções de todos, especialistas e leigos. Entretanto, o interesse tem se mostrado fortemente unilateral, enfocando a questão a partir dos resultados materiais do trabalho, isto é, da riqueza produzida e sua distribuição. Aliás, talvez fosse melhor dizer “a *pobreza* produzida”, lembrando Marx, dado que é incontestável o aumento da *desigualdade* e da pobreza em todo o mundo. O peso

---

\* Palestra proferida em 10 de dezembro de 1999, no Seminário “Desafios do Direito Contemporâneo”, na Mesa Redonda “Gestão Urbana e Cidadania”.

\*\* Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ e do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro/IUPERJ.

do debate sobre esta dimensão tem limitado a consideração sobre “o outro lado” do trabalho, qual seja, sua característica de importante elemento de integração social - e aqui o outro fundador da moderna ciência social a ser lembrado é Durkheim, que não se cansou de insistir sobre este ponto.

Proponho que o desequilíbrio no tratamento dessas duas faces do trabalho seja prejudicial a uma compreensão adequada do tempo presente. É fora de dúvida que o desemprego e a miséria alimentam os pesadelos de grandes massas da população do mundo inteiro. Mas esta não é a única, e talvez nem mesmo a principal fonte da perplexidade, do medo e da raiva (substitutos contemporâneos da atitude *blasé*, correspondente à fase “organizada” do capitalismo moderno?) que compõem o clima emocional da atualidade. Esse é nutrido em boa parte pelas carências de integração às vezes implícitas nos comportamentos observados, outras vezes explicitadas discursivamente para justificar práticas que podem ser, elas mesmas, disruptivas.

Desta ótica, pode-se dizer que estamos em pleno período de “desconstrução” do assalariamento, um multifacetado processo de reorganização do trabalho que diz respeito a praticamente todos os aspectos da estrutura social. É claro que esta afirmativa só pode fazer sentido se considerarmos que o termo designa não a mera forma contratual das relações de trabalho mas todo um regime de organização social da produção. Porém, nesta acepção mais ampla (e mais forte), “assalariamento” corre o risco de tomar-se uma expressão *omnibus* que, incluindo tudo, acabe por não significar mais nada. Por isso, não é ocioso indicar os dois principais aspectos de suas transformações que podem ser considerados significativos para a questão da integração social.

O mais importante deles talvez seja o processo de terciarização, já bem conhecido dos economistas. Aqui, importa salientar que sua contrapartida social é um movimento de “desobreirização”<sup>1</sup> na medida em que o trabalho fabril encontra

---

<sup>1</sup> Vinte anos atrás, J. S. Leite Lopes e eu mencionamos a existência de um processo conjugado de obreirização- desobreirização para indicar a oscilação dos trabalhadores num mercado segmentado (“Introdução”, in J.S. Leite Lopes et alii: *A Reprodução da*

cada vez mais dificuldades para se manter como referência central na organização da existência de crescentes contingentes de trabalhadores. Além disso, se autores como Claus Offe têm razão, a semelhança formal das relações de trabalho na indústria e nos serviços - contrato de trabalho assalariado - esconde diferenças substantivas nos conteúdos das atividades realizadas, e dificulta o reconhecimento de que os serviços tornam-se cada vez mais uma condição da produção industrial, não sendo mera consequência da expansão desta, como se costumava pensar.

Assim, a terciarização parece ser um fenômeno muito mais profundo do que a simples queda da participação da indústria no emprego total. É desnecessário dizer que afirmar isto não implica tomar partido em favor de modelos de sociedade "pós-industrial", nem muito menos defender o fim da subordinação do trabalho ao capital - um tipo de discussão que não interessa aqui.

O segundo aspecto a ser mencionado diz respeito à contrapartida social das características dos empregos ofertados e à estrutura do mercado. Mesmo nos países em que a regulação estatal das relações de trabalho é mais fraca (o Brasil entre eles), tem havido intensa pressão para uma maior "flexibilidade" ou, em bom português, para reduzir as áreas das relações trabalhistas legalmente protegidas. A esta "informalização" - que é ao mesmo tempo jurídica e política, pois reduz o poder de barganha dos trabalhadores - corresponde também uma "informalização" de boa parte da reprodução material, com a provisão não-mercantil da cesta de consumo expandindo-se visivelmente. É claro que tudo isto repercute sobre a estrutura da família, que permanece sendo a principal mediação entre produção e consumo mas, em que pese o significativo aumento dos estudos a respeito, esta é uma área ainda pouco conhecida. Por isso, mesmo sublinhando a importância desta questão para o raciocínio aqui desenvolvido, prefiro deixá-la em aberto.

---

*Subordinação*, Paz E Terra, S. Paulo, 1979). Atualmente, com o galopante desemprego industrial que, se além das economias centrais também atinge países em desenvolvimento como o Brasil, torna necessário enfatizar a tendência unidirecional deste processo.

Estes dois amplos conjuntos de processos desestabilizam um padrão de integração sistêmica de longa duração que teve seu ponto culminante em nosso passado recente, caracterizado pela tendência à harmonização entre produção e consumo - ou, se se preferir, entre economia e sociedade. No que diz respeito ao trabalho, seu coração foi o assalariamento, um modo de regulação do mercado capaz de compatibilizar os requisitos técnicos e sociais da produção, isto é, de minimizar a contradição entre exploração do trabalho e ampliação dos direitos de cidadania, organizando e canalizando o conflito social. É claro que a implantação deste modo de integração jamais foi completa e passa por inúmeras variantes nacionais, mas seu sucesso pode ser medido pelo fato de, apesar disso, ter-se tornado um ideal e uma referência cultural praticamente universais, além de uma força objetiva em expansão, capaz de destruir e/ou transformar profundamente outras formas de organização social do trabalho.

Assim, tanto objetiva quanto subjetivamente nossas percepções foram moldadas pela experiência da homogeneização da estrutura social e da universalização de uma cultura do trabalho baseada no trabalho livre, mas protegido. Em meio a todos os percalços, este foi o "milagre" do assalariamento: conferir univocidade às hierarquias sociais, gerando afinidades entre inserção produtiva, chances de consumo e estilos de vida e transformar o paradoxo representado pela ligação entre liberdade e proteção numa conquista social, mais que de grupos específicos. É esse edifício que a terciarização e a desregulação fazem "desmanchar-se no ar", para lembrar a frase que ficou famosa.

Talvez o sintoma mais visível da desestruturação do assalariamento se encontre em seu efeito sobre a estratificação social. De fato, a perda da afinidade entre suas várias dimensões - uma convergência que vem há muito tempo sendo pressuposta tanto na vivência cotidiana quanto nas categorias analíticas - se generaliza a ponto de se tornar cada vez mais objeto de atenção e disputa. Para mencionar as principais, o emprego, a renda e a educação relacionam-se de forma cada vez mais aleatória, sendo que essas inconsistências, como seria de esperar, também se manifestam na relação entre posição sócio-econômica (cada vez

mais diferenciada), estilo de vida e comportamento político. As contradições entre todos estes aspectos não caracterizam mais apenas as ambigüidades das posições intermediárias. Creio que há evidência suficiente para sugerir que a “geléia” vem se generalizando.

Essa é provavelmente uma das principais fontes das incertezas que marcam a experiência contemporânea, ainda mais se considerarmos que se trata de uma situação que vem se formando há apenas duas ou três décadas. Não creio, entretanto, que as constantes referências a tendências de polarização e dualização da estrutura social presentes nas análises sobre a desigualdade ofereçam um quadro adequado desses problemas de integração sistêmica. Nem tampouco que as imagens do caos que estaria associado à desestabilização do assalariamento sejam uma alternativa convincente. Acredito que, pelo menos nos países ocidentais, muito mais do que dualização ou caos, enfrentamos um processo de *fragmentação*. Todas as variáveis que estruturaram a vida social no capitalismo continuam a operar (e, portanto, não faz muito sentido falar em caos ou desintegração), mas suas relações são cada vez mais tópicas, imprevisíveis e, na medida em que aprofundam a heterogeneidade da experiência social, dificultam a formação de uma ação coletiva voltada para a produção de afinidades entre elas (tendências que se afastam de qualquer imagem de dualização e tornam o conflito social confuso e descentrado).

Vejam agora a contrapartida desses problemas no plano dos valores e da subjetividade dos trabalhadores. A produção social do assalariamento deu forma concreta aos princípios de solidariedade que organizam a conduta, canalizando e limitando os interesses individuais e estruturando a formação da ação coletiva e o conflito social segundo a fórmula *trabalho livre, mas protegido*, conforme já foi comentado acima. Contra este pano de fundo, a compra e venda de trabalho no mercado pode “humanizar-se”, articulando-se a uma ética do produtor que invertia simbolicamente a subordinação dos vendedores, elevando o trabalho à condição de dever moral e fonte de dignidade pessoal e de classe.

Entretanto, esta combinação virtuosa entre um desenvolvimento técnico ("natural", "espontâneo") cujo requisito é a crescente proteção do consumo ("Intencional", "consciente"), gerando ao mesmo tempo a expansão da produção de massa e uma auto-imagem positiva da população trabalhadora, se volatiliza com as mencionadas tendências à fragmentação social. Esvaziada de sua sustentação, a cultura do trabalho que conhecemos tem cada vez menos condições de se reproduzir como um sistema coerente e significativo de orientações de valor, capazes de organizar as identidades e os conflitos de parcelas cada vez maiores da população de nossos países - embora, sem dúvida, muitos de seus elementos continuem presentes.

Quando tais questões são analisadas (o que não me parece muito freqüente), elas costumam ser interpretadas como gerando um "vazio de sentido" moral e cognitivo. Este é o caso, por exemplo, de um recente livro de Robert Castel que vem sendo muito citado pela literatura sociológica ("Les Metamorphoses de la Question Sociale", Paris, Fayard, 1995), no qual o autor fala de um "individualismo negativo" que acompanha a "vulnerabilidade" de crescentes parcelas da população trabalhadora decorrente da desestabilização do assalariamento. É o caso também de toda uma linha de trabalhos dedicados a estudar a juventude, a qual sugere que os jovens vêm manifestando dificuldades de desenvolver projetos de vida organizados e significativos devido à desestruturação de suas condições materiais de existência.

Não resta dúvida de que há farta evidência tornando plausíveis estas conclusões, mas eu gostaria de sugerir que elas param no meio do problema. A não ser que se queira olhar para trás, é difícil imaginar a perda de vigência de um complexo de sentidos socialmente construídos sem pensar no que é posto em seu lugar. E, olhando nesta direção, se a desestabilização do momento virtuoso da cultura do trabalho assalariado é lamentável, há perigos ainda maiores. Um deles eu gostaria de mencionar apenas de passagem, mas com ênfase: o caráter *estruturalmente de um novo quadro de vida* (portanto de uma ruptura profunda com as referências conhecidas) que podem ter certas práticas que, vistas do ângulo da organização social ainda dominante, são claramente disruptivas. Penso, é claro, na expansão da

criminalidade. É puro simplismo acreditar que o que vem acontecendo com o crime comum não passa de “organização do desvio”, imagem invertida da estrutura dominante que conhecemos.

Menos notável mas igualmente decisiva, é outra tendência de mudança, que vem sendo produzida por continuidade, isto é, como lento desdobramento das estruturas em transformação. Penso, aqui, no que acontece com a *empregabilidade*, essa expressão que vem se tornando quase ubíqua no discurso dos protagonistas da cena contemporânea, desde tecnocratas e educadores, políticos e líderes sindicais de todos os matizes e variável importância, até ser incorporada e difundida pela mídia.

Em sua dimensão instrumental, o termo indica os requisitos funcionais da demanda de trabalho. Nessa linha, “empregabilidade” representa o elenco dos atributos subjetivos - disposições pessoais, competências, etc. - que as empresas esperam dos trabalhadores e, simplificando um pouco, correspondentes à “flexibilidade” na produção. A imensa polêmica que cerca as questões ligadas à “empregabilidade” diz respeito ao fato de que aqueles atributos não são convencionais. Na medida em que tais qualidades dependem de um esforço social adicional para serem produzidas, discutem-se quais os melhores caminhos para que os trabalhadores se adaptem às “novas condições do mercado”, ditadas pela flexibilização do paradigma produtivo.

Nesta dimensão instrumental-adaptativa, a “empregabilidade” corresponde à perspectiva das empresas ainda que, como seria de esperar, a estrutura do mercado de trabalho seja apresentada por elas como se fosse um dado de fato, ou “imexível” parodiando o ex-ministro de triste memória. Em princípio, dependendo das relações de força, os trabalhadores poderiam opor-se às exigências de empregabilidade (e, de fato, boa parte do conflito social em todo o mundo tem este fundamento) ou conformar-se com elas. Mas é óbvio que a polêmica sobre a “empregabilidade” não diz respeito apenas à aquisição de novas competências técnicas, melhor adaptadas às mudanças do regime produtivo. Ela contém uma dimensão simbólico-ideológica de convencimento/adesão (que permanece implícita em sua maior parte, pouco afetando o conflito social

aberto e consciente), interferindo sobre a formação da auto-imagem e da visão de mundo dos trabalhadores.

De fato, há claros indícios de que a “empregabilidade” vem se transformando no coração de uma cultura do trabalho em gestação, muito distinta da que correspondeu à história do assalariamento. Como é sabido, o ideal de mobilidade técnica representado pela proposta de substituir a especialização por uma polivalência que tome o trabalhador apto ao desempenho de ocupações com conteúdos diferenciados, caminha junto com a defesa da competitividade, da autonomia profissional e da independência pessoal. Resumindo e simplificando, projeta-se a imagem do “novo trabalhador” como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual através da venda de sua força de trabalho em uma série de ocupações contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competência para atividades e condições de trabalho em constante mudança, isto é, como empresário de si mesmo.

Por enquanto, essa representação do trabalho ainda assusta e repele, mas parece que a adesão a ela tende a se ampliar, inclusive porque as condições do trabalho assalariado “convencional” se deterioram a olhos vistos. Isto pode compatibilizar as mudanças objetivas com as disposições subjetivas reduzindo, assim, a parte de nossas angústias proveniente do descompasso entre estes dois planos - e, portanto, tem um certo apelo que vai além da mera estratégia adaptativa. Por outro lado, como diz o ditado, “é aí que reside o perigo”. Uma cultura do trabalho organizada em torno da categoria da “empregabilidade”, como parece ser a que está em gestação, fere de morte os valores de solidariedade social tão dificilmente institucionalizados sob a fórmula “trabalho livre, mas protegido” e torna-se o centro do processo de legitimação ideológica da fragmentação social que, nesta hipótese, se tornaria irreversível. Enquanto esse risco não for afastado, os aspectos positivos das mudanças culturais em curso precisam ser considerados com muito cuidado - eu diria, mesmo, que devem ser considerados “com um pé atrás”.